



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, agosto/2002

MINISTRO DA FAZENDA
Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL
Eduardo Refinetti Guardia

CHEFE DE GABINETE
Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS
Almério Cançado de Amorim
Renato Villela
Rubens Sardenberg
Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE
Alex Pereira Benício
Daniel Silva Balaban
Fabiana Magalhães Rodopoulos
José Cordeiro Neto
Lindemberg de Lima Bezerra
Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:
(61) 412-3970/3971

Informações:
Tel: (61) 412-2203
Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stncesef@fazenda.gov.br
Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2^o andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970
Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: S TN, v. 8, n. 8, ago. 2002. 32 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em agosto, o governo central registrou superávit primário de R\$ 1,4 bilhão. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 2,8 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,3 bilhão e R\$ 77,5 milhões, respectivamente. Com esses resultados, o superávit do governo central acumulado de janeiro a agosto deste ano atingiu R\$ 23,5 bilhões, valor equivalente a 2,82% do PIB estimado para o período.

O resultado primário do governo central no mês de agosto foi superavitário em R\$ 1,4 bilhão.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2001-2002**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Jul 2002	Ago 2002	Jan-Ago 2001	Jan-Ago 2002
I. RECEITA TOTAL	27.167,1	24.154,5	176.385,6	202.323,7
I.1. Receitas do Tesouro	21.390,5	18.348,4	137.559,7	159.048,7
I.1.1 Receita Bruta	22.565,8	19.770,9	142.035,3	164.028,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.175,3	-1.422,5	-4.256,6	-4.880,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-219,0	-99,3
I.2. Receitas da Previdência Social	5.776,5	5.806,0	38.825,9	43.275,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.245,1	4.183,2	30.248,0	36.304,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	22.922,0	19.971,3	146.137,6	166.019,0
IV. DESPESA TOTAL	20.923,5	18.503,7	123.651,7	142.047,8
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.046,9	5.502,7	41.618,4	47.129,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	7.091,5	7.117,2	45.321,5	52.694,2
IV.3. Custeio e Capital	6.785,1	5.883,9	36.711,8	42.223,8
IV.3.1. Despesas do FAT	1.227,3	889,2	4.254,5	4.862,4
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	75,1	161,9	2.487,0	654,5
IV.3.3. Outras Despesas	5.482,7	4.832,8	29.970,3	36.706,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	1.998,5	1.467,6	22.485,9	23.971,3
V.1. Tesouro Nacional	3.313,5	2.778,7	28.981,5	33.390,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.315,0	-1.311,1	-6.495,6	-9.419,2
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-60,0	-77,5	-412,5	-442,4
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	1.938,5	1.390,1	22.073,4	23.528,8
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,87%	2,82%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES Acumulado: ago2002/ago2001	
Receitas	14,7%
Tesouro	15,6%
Previdência	11,5%
Transferências	20,0%
Receita Líquida	13,6%
Despesas	14,9%
Benefícios	16,3%
Pessoal	13,2%
Custeio e Capital	15,0%

Nesse período, as receitas do governo central cresceram 1,4 ponto percentual do PIB, atingindo o montante de R\$ 202,3 bilhões, contra R\$ 176,4 bilhões arrecadados de janeiro a agosto do ano passado. Os principais fatores que este ano contribuíram para o desempenho da arrecadação foram: i) pagamentos efetuados pelos Fundos de Pensão no primeiro semestre, relacionados a débitos em atraso do IRPJ, PIS, Cofins e IRRF-Outros, no total de R\$ 7,4 bilhões; ii) arrecadação da CIDE-Combustíveis a partir de janeiro, acumulando até agosto R\$ 4,8 bilhões; iii) pagamento de IRPJ sobre a operação de permuta de títulos públicos da Petrobras, no montante de R\$ 1,1 bilhão; e

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receita Total	22,9%	24,3%
Transferências	3,9%	4,4%
Receita Líquida	19,0%	19,9%
Despesa Total	16,1%	17,1%
Resultado Primário	2,9%	2,8%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Tesouro Nacional	3,8%	4,0%
Previdência Social	-0,8%	-1,1%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
Governo Central	2,9%	2,8%

O aumento da receita nos meses de julho e agosto deste ano e a expectativa de arrecadação nos próximos meses superior ao previsto no Decreto 4.309/2002 permitiu que o Poder executivo realocasse recursos da ordem de R\$ 4,4 bilhões para o último quadrimestre do ano. Desse valor, R\$ 1,4 bilhão foi para despesas obrigatórias, R\$ 1,5 bilhão para despesas discricionárias, e R\$ 1,5 bilhão para o acréscimo do superávit primário do governo central.

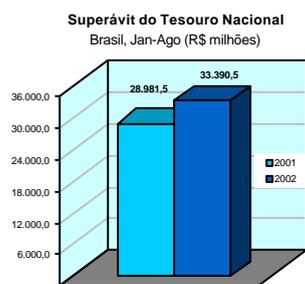
iv) arrecadação extra de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins, no valor de R\$ 1,9 bilhão, nos meses de julho e agosto deste ano, relativa à desistência de ações judiciais e consequente pagamento dos débitos em atraso, de acordo com a Medida Provisória nº 38/2002. Além disso, foi registrado aumento R\$ 1,7 bilhão na receita com a CPMF, em grande medida, devido à elevação da alíquota de 0,30% para 0,38%, a partir de 19/03/2001.

A soma da arrecadação adicional por conta desses fatores superou a redução observada em outros tributos, dentre os quais pode-se destacar: i) o imposto de importação, redução nominal de 22,8% (R\$ 1,4 bilhão) no período, devido ao efeito conjugado da redução, em dólar, no valor das importações tributadas, redução da alíquota média efetiva, e depreciação da taxa de câmbio; ii) o IPI, cuja redução na arrecadação foi de 2,9% (R\$ 370,7 milhões), devido à queda na atividade econômica, atingindo a maior parte dos principais produtos tributados; iii) o IRRF-capital, que apresentou decréscimo de 2,5% (R\$ 239,5 milhões) em termos nominais, devido à redução no valor tributável das operações de *swap* e rendimentos dos fundos de renda fixa, em relação ao ocorrido até agosto do ano passado; e, principalmente, iv) a receita com concessões de serviços, que entre janeiro e agosto de 2001 foi de R\$ 4,2 bilhões, e este ano está em R\$ 1,6 bilhão.

As transferências a estados e municípios acompanharam o comportamento médio das receitas partilhadas, e cresceram 20,0% em relação ao realizado em igual período de 2001, totalizando R\$ 36,3 bilhões até agosto deste ano. Com isso a receita líquida total atingiu R\$ 166,0 bilhões no período, contra R\$ 146,1 bilhões no ano passado.

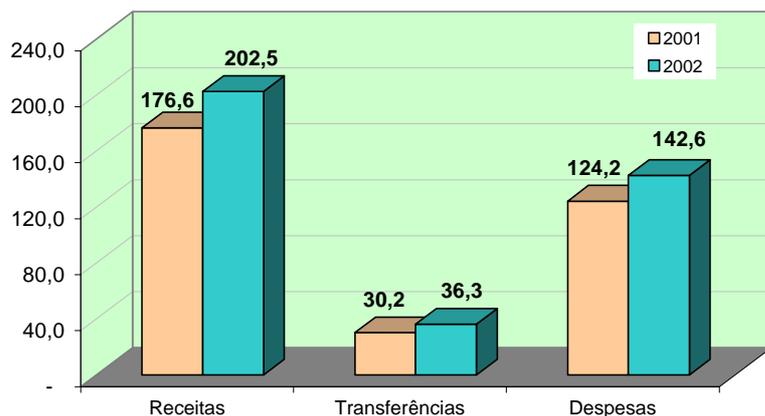
As despesas do governo central foram de R\$ 142,0 bilhões no ano, tendo crescido R\$ 18,4 bilhões (14,9%) em relação ao acumulado de janeiro a agosto de 2001. As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram 0,3 ponto percentual do PIB (13,2% em termos nominais), devido, entre outros fatores: i) ao aumento salarial de 3,5% concedido no início de 2002 ao funcionalismo público federal; ii) ao realinhamento salarial e reestruturação de carreiras específicas ocorridas no decorrer do ano passado, dentre as quais as Forças Armadas e os servidores do Poder Judiciário da União; e iii) ao pagamento, em janeiro e julho, da segunda e terceira parcelas, respectivamente, do passivo dos anuênios devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único.

Quanto às despesas de custeio e capital, o incremento de 0,3 ponto percentual do PIB (15,0% em termos nominais) em comparação ao período de janeiro a agosto de 2001 pode ser explicado, em grande medida, pelos gastos



com ações na área da Saúde e Educação. Mais da metade do acréscimo nominal observado no item “outras despesas de custeio e capital” foram destinados a essas duas importantes áreas sociais.

Resultado do Governo Central Brasil, Jan-Ago (R\$ bilhões)



Em termos relativos, o item “transferências constitucionais a estados e municípios” foi o que mais cresceu este ano, devido ao aumento na receita com imposto de renda.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 9,4 bilhões até agosto, 45,0% superior ao déficit observado em igual período de 2001. Houve crescimento de 11,5% nas contribuições sociais e demais receitas da Previdência, mas os benefícios apresentaram crescimento superior a isso, como observado na tabela ao lado. Em grande medida, o acréscimo nas despesas previdenciárias, da ordem de 16,3%, em termos nominais, deveu-se aos incrementos de 11,7% e 3,3%, respectivamente no valor e na quantidade médios de benefícios pagos este ano, relativamente ao período janeiro a agosto do ano passado.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Ago (R\$ bilhões)

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	38,8	43,3
Benefícios	45,3	52,7
Resultado Primário	-6,5	-9,4

Em agosto, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou decréscimo de R\$ 2,8 bilhões (12,4%) em relação ao mês anterior. Essa redução deveu-se, principalmente, à queda de R\$ 1,9 bilhão na arrecadação dos impostos e contribuições sociais administrados pela Secretaria de Receita Federal (SRF). As receitas do IRPJ e da CSLL foram menor em R\$ 915,2 milhões (36,0%) e R\$ 572,0 milhões (33,5%), respectivamente, uma vez que em julho ocorreu o recolhimento relativo à primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em junho.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Na arrecadação dos tributos com apuração semanal, também houve diminuição da receita face à ocorrência de quatro semanas de fatos geradores, em agosto, contra cinco no mês anterior. O IRRF apresentou redução de R\$ 670,4

As receitas administradas pela SRF apresentaram redução de R\$ 1,9 bilhão em agosto, afetado principalmente pelo pagamento trimestral do IRPJ e da CSLL em julho.

milhões (16,2%), o IOF, queda de R\$ 43,1 milhões (11,9%), e a CPMF, menos R\$ 330,4 milhões (17,4%).

Por sua vez, as demais receitas do Tesouro Nacional foram menor em R\$ 946,0 milhões. Contribuíram para isso: i) redução de R\$ 362,7 milhões na arrecadação relativa a *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478/1997), associada à sistemática de recolhimento definida pelo artigo 25 do Decreto nº 2.705/1998, o qual estabelece que o repasse da participação especial ocorre no mês subsequente ao encerramento do trimestre de referência, o que afetou a arrecadação de julho; e ii) ingresso de R\$ 218,5 milhões, registrados no mês anterior, referente a receitas próprias do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), decorrente da devolução de benefícios não desembolsados. Por outro lado, em agosto ocorreu o ingresso de R\$ 76,5 milhões referentes à concessão do direito para exploração e produção de petróleo e gás natural, em licitação realizada nos dias 19 e 20 de junho, pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No ano, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 164,0 bilhões, o equivalente a 19,7% do PIB, contra 18,4% verificados em igual período de 2001, quando perfizer R\$ 142,0 bilhões. Houve incremento nas receitas de impostos e contribuições equivalente a 1,6 ponto percentual do PIB, ao passo que as demais receitas do Tesouro Nacional diminuíram 0,4 ponto percentual do PIB.

Em termos nominais, a receita bruta recolhida até agosto deste ano foi R\$ 22,0 bilhões (15,5%) superior à arrecadação de idêntico período de 2001. Esse crescimento reflete o comportamento das receitas administradas pela SRF (tabela ao lado), cuja expansão permitiu compensar a redução nominal de R\$ 1,2 bilhão das “demais receitas do Tesouro”. Os principais itens das demais receitas que apresentaram redução no valor arrecadado foram: i) receita de concessão, que registrou diminuição de R\$ 2,7 bilhões em relação ao mesmo período de 2001, explicada pela arrecadação extraordinária ocorrida no ano anterior; ii) receita com os dividendos pagos à União, os quais apresentaram queda de R\$ 588,6 milhões, explicado principalmente pelo fato de que em 2001 o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) efetuou recolhimento de dividendos acumulados referentes aos exercícios de 1999 e 2000, que perfizeram o montante de R\$ 378,7 milhões, sem correspondência neste ano.

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Impostos	8,3%	9,0%
Imposto de Renda	5,4%	6,6%
IPI	1,7%	1,5%
Outros	1,1%	0,9%
Contribuições	7,8%	8,7%
Cofins	3,9%	3,8%
CPMF	1,4%	1,5%
CSLL	0,8%	1,0%
Cide - Combustíveis (*)	-	0,6%
Outras	1,7%	1,7%
Demais	2,4%	2,0%
Dividendos da União	0,3%	0,2%
Concessões	0,6%	0,2%
Outras	1,4%	1,6%
Total Bruto	18,4%	19,7%

(*) Conforme reclassificação da SRF.

Além disso, também em relação aos oito primeiros meses de 2001, observou-se redução nominal de R\$ 1,4 bilhão no recolhimento do Imposto de Importação, em função da redução de 7,1% no valor em dólar das importações

tributadas, bem como redução de 18,9% na alíquota desse imposto, e ainda aumento de 15,8% na taxa de câmbio.

Por fim, vale mencionar a arrecadação de *royalties* pela produção de petróleo e gás natural (Lei nº 9.478/1997), com recolhimento ao Tesouro Nacional de R\$ 3,4 bilhões até agosto deste ano, ao passo que em idêntico período do ano anterior a arrecadação atingiu R\$ 2,7 bilhões. Tal variação decorre do aumento da produção interna de petróleo e gás natural e do preço no mercado internacional, o qual baliza o preço de referência publicado pela ANP.

Até agosto, as transferências a estados e municípios apresentaram crescimento de 0,4 ponto percentual do PIB, quando comparadas a idêntico período de 2001, o que corresponde a um incremento nominal de R\$ 6,1 bilhões. No que concerne às transferências constitucionais, estas apresentaram um acréscimo de R\$ 5,2 bilhões (21,9%), refletindo o bom desempenho do imposto de renda, em decorrência principalmente do recolhimento de débitos em atraso dos fundos de pensão.

Por sua vez, as transferências relativas à desoneração do ICMS (Lei Complementar nº 87/1996) atingiram 0,3 ponto percentual do PIB, permanecendo no mesmo nível de 2001. Até agosto deste ano, os repasses dessa natureza cresceram R\$ 246,8 milhões (10,3%) quando comparado a idêntico período de 2001.

As demais transferências atingiram R\$ 4,6 bilhões nos primeiros oito meses deste ano, correspondendo a 0,5 ponto percentual do PIB. Em termos nominais, verificou-se acréscimo de R\$ 592,5 milhões (14,8%) associado, principalmente, ao acréscimo de R\$ 346,5 milhões nos repasses decorrentes dos *royalties* estabelecidos na Lei nº 9.478/1997, bem como às transferências do salário-educação, cuja elevação foi de R\$ 195,0 milhões.

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram redução nominal de 17,3%, equivalente a R\$ 2,4 bilhões, em relação às verificadas no mês anterior. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à diminuição de R\$ 1,5 bilhão na despesa com pessoal e encargos sociais comparativamente a julho, mês em que tradicionalmente ocorrem acréscimos sazonais na folha, decorrentes da concentração do pagamento das férias do funcionalismo público e do adiantamento de parcela do 13º salário dos servidores do Poder Executivo.

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Constitucionais	3,10%	3,49%
Desoneração do ICMS	0,31%	0,32%
Demais	0,52%	0,55%
Total	3,93%	4,35%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

A redução da despesa de pessoal, em relação ao mês anterior, deveu-se aos gastos sazonais concentrados em julho, como o pagamento de férias e de parcela do 13º salário dos servidores do Poder Executivo.

Relativamente às despesas de custeio e capital, verificou-se redução de 13,3% comparativamente a julho. Cabe mencionar que em agosto, as despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 889,2 milhões, contra R\$ 1,2 bilhão no mês anterior. Tal comportamento está diretamente associado ao fato de que houve concentração das liberações de recursos para pagamento de seguro desemprego no último dia útil do mês de junho, com impacto no caixa do Tesouro Nacional em julho. Vale ressaltar que em agosto foi efetuada transferência de recursos no valor de R\$ 265,0 milhões às instituições financeiras para pagamento da segunda parcela do exercício de 2002/2003 do abono salarial PIS/Pasep, ao passo que, em julho, perfizeram R\$ 200,0 milhões, conforme cronograma estabelecido na Resolução Codefat nº 284, de 06/07/2002.

**RESULTADO PRIMÁRIO: ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
BRASIL, 2002**

Discriminação	Até 2º Quadrimestre de 2002		
	Decreto 4.309 [A]	Realizado [B]	[B]-[A]
1. RECEITA TOTAL	1580	1603	2,3
1.1 Receita Administrada	1388	1417	2,9
1.2 Receitas Não Administradas	180	176	-0,4
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,2	1,0	-0,2
2. TRANSF. A ESTADOS E MUNIC.	332	335	0,3
2.1 PIS/Pasep/PMH/EE	296	291	-0,5
2.2 Demais	4,6	4,4	-0,2
3. RECEITA LÍQUIDA	1248	1268	2,0
4. DESPESAS	935	938	0,3
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	478	476	-0,2
4.2 Outras Despesas Correntes e de Capital	458	462	0,4
4.2.1 Não Discricionárias	122	126	0,4
4.2.2 Discricionárias - LEJ + MPU	1,6	1,5	-0,1
4.2.3 Discricionárias - Poder Executivo	308	312	0,4
4.2.4 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	1,2	1,0	-0,2
5. RESULTADO DO TESOIRO	313	329	1,6
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA	-93	-94	-0,1
6.1 Aposentação Líquida INSS	432	433	0,1
6.2 Benefícios da Previdência	525	527	0,2
7. RESULTADO PRIMÁRIO	220	235	1,5

Boxe 1 – Decreto nº 4.369, de 11/09/2002

Em cumprimento ao disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e no art. 67 da Lei nº 10.266, de 24/07/2001 (LDO-2002), foi editado Decreto nº 4.369, de 11/09/2002, ampliando os limites de movimentação e empenho (R\$ 1,2 bilhão) e de pagamento (R\$ 1,5 bilhão) dos órgãos e/ou unidades orçamentárias, com vistas ao atendimento de despesas que estão a exigir pronto atendimento, sem comprometer a obtenção da meta de resultado primário para este ano estabelecida na própria LDO-2002. Cabe destacar que a ampliação dos limites é consistente com o esforço fiscal adicional a ser efetuado em 2002, de 0,13% do PIB, correspondente a R\$ 1,5 bilhão no Governo Central.

Ao final do quarto bimestre, o Governo Central apresentou resultado primário superior em R\$ 1,5 bilhão ao previsto no Decreto de Programação Financeira (ver quadro ao lado). A análise efetuada conforme disposto no art. 9º da LRF, à luz do referido resultado, apontou para uma reestimativa de receitas primárias superior em R\$ 5,4 bilhões à previsão constante do Decreto nº 4.309, de 22/07/2002. Descontado o acréscimo de R\$ 1,3 bilhão nas transferências a Estados e Municípios, a estimativa de receita líquida do Governo Central elevou-se em R\$ 4,1 bilhões. Esta nova previsão, acrescida da observação de uma discrepância estatística, nos meses de junho e julho, entre a apuração do resultado primário “abaixo” e “acima” da linha de R\$ 0,3 bilhão, permitiu que se procedesse à ampliação dos limites de pagamento por meio de realocação de recursos para o último quadrimestre do ano da ordem de R\$ 4,4 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão para acréscimo das despesas obrigatórias (pessoal, abono e seguro-desemprego, etc.); R\$ 1,5 bilhão para acréscimo das despesas discricionárias (demais custeio e investimento) e R\$ 1,5 bilhão para acréscimo do superávit primário, conforme mencionado acima.

**DESPESAS DO TESOIRO NACIONAL
(R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	Jul	Ago
Pessoal e Encargos	7.046,9	5.502,7
Custeio e Capital	6.785,1	5.883,9
Despesas do FAT	1.227,3	889,2
Subsídios e Subvenções	75,1	161,9
Outras	5.482,7	4.832,8

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas, registraram incremento de R\$ 86,8 milhões, comparativamente a julho. No âmbito do Programa das Operações Oficiais de Créditos passaram de R\$ 68,9 milhões no mês anterior, para R\$ 114,3 milhões em agosto. Essa variação relaciona-se ao aumento na despesa com equalização de taxas de juros das operações do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) que totalizaram R\$ 68,9 milhões em agosto. Por sua vez, houve recebimento líquido de R\$ 24,3 milhões nas operações realizadas no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), com receitas obtidas com a venda de produtos agrícolas, principalmente arroz e milho.

Em relação à rubrica “outras despesas de custeio e capital”, observou-se redução de 11,9%, correspondente a R\$ 649,8 milhões. Ressalta-se que o comportamento dessas despesas vem refletindo o cronograma de execução financeira estabelecido pelo Decreto nº 4.309, de 22/07/2002. Por fim, as despesas com custeio das ações de Saúde atingiram o montante de R\$ 1,8 bilhão, permanecendo no mesmo nível do mês anterior.

Até agosto de 2002, as despesas do Tesouro Nacional atingiram o equivalente a 10,8% do PIB enquanto em igual período de 2001 as mesmas situaram-se em 10,2% do PIB. As despesas com pessoal e encargos sociais elevaram-se em 0,25 ponto percentual do PIB, e os gastos de custeio e capital, apresentaram elevação correspondente a 0,30 ponto percentual.

Observou-se acréscimo nominal de 13,2% (R\$ 5,5 bilhões) nas despesas com pessoal e encargos sociais, quando comparadas a 2001, devido ao crescimento vegetativo da folha salarial no período e aos seguintes fatores, sem correspondência no ano anterior:

- impacto, a partir de fevereiro deste ano, da revisão geral de 3,5% na remuneração e subsídios dos servidores públicos federais, conforme Lei nº 10.331, de 18/12/2001;
- pagamento, em janeiro e julho deste ano, da segunda e terceira parcelas, respectivamente, do passivo do adicional de tempo de serviço (anuênios), consoante estabelecido no art. 8º da MP nº 2.169-43, de 24/08/2001, ao passo que em julho do ano anterior ocorreu o pagamento da primeira parcela;
- extensão, a partir de fevereiro, de 3,17% aos servidores públicos incluídos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), de acordo com a MP nº 2.225, de 04/09/2001;
- reestruturação de diversas carreiras do funcionalismo público, dentre as quais a carreira militar das Forças Armadas, contemplada na Medida Provisória nº 2.215/10, de 31/08/2001 e no Decreto nº 4.184, de 05/04/2002, com impacto financeiro a partir de julho de 2002 e da carreira dos servidores do Poder Judiciário da União, conforme Lei nº 10.745, de 27/06/2002, com efeito financeiro a partir de julho de 2002); e
- pagamento integral do passivo de 28,86%, a partir de novembro de 2001, para servidores públicos aposentados por invalidez e portadores de doenças graves, conforme estabelecido pelas Portarias do Ministério do Planejamento nº 179, de 30/08/2001, e nº 256, de 07/11/2001.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Pessoal e Encargos	5,4%	5,7%
Custeio e Capital	4,8%	5,1%
Despesas do FAT	0,6%	0,6%
Subsídios e Subvenções	0,3%	0,1%
Outras	3,9%	4,4%

As despesas com pessoal e encargos sociais elevaram-se em 0,25 ponto percentual do PIB, e os gastos de custeio e capital, 0,30 ponto percentual.

As despesas com recursos do Fundo de Combate à Pobreza totalizaram R\$ 2,2 bilhões este ano, contra R\$ 46,6 milhões no mesmo período de 2001.

Relativamente às outras despesas de custeio e capital, verificou-se acréscimo de 22,5%, em comparação ao período acumulado de janeiro a agosto de 2001, devido, em parte, ao crescimento dos gastos com ações na área da Saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/2000. Neste ano, as despesas de custeio e capital do Ministério da Saúde totalizaram R\$ 14,7 bilhões, contra R\$ 12,7 bilhões no mesmo período do ano anterior. Além disso, houve crescimento nos gastos com o Ministério da Educação, que perfizeram R\$ 4,3 bilhões este ano, contra R\$ 2,6 bilhões de janeiro a agosto de 2001. Cabe mencionar que a realização de despesas com recursos do Fundo de Combate à Pobreza totalizou R\$ 2,2 bilhões este ano, contra R\$ 46,6 milhões no mesmo período de 2001.

As despesas de custeio do FAT (abono salarial, seguro-desemprego e demais gastos operacionais) atingiram 0,6 ponto percentual do PIB até agosto deste ano. Em termos nominais, tais gastos elevaram-se, principalmente, em decorrência do crescimento das despesas com abono e seguro-desemprego que passaram de R\$ 3,1 bilhões até agosto de 2001, para R\$ 4,4 bilhões em igual período de 2002. Contribuiu para tal elevação, o reajuste do salário mínimo a partir de abril deste ano.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan-Ago (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Agricultura	849,6	360,2
Custeio Agropecuário	115,4	135,3
Investimento Rural	45,9	14,3
Preços Agrícolas	381,4	-1,5
- EGF	2,0	3,4
- AGF	319,2	-91,7
- Sustentação de preços	60,2	86,8
Pronaf	277,9	212,0
PESA	29,0	0,0
Exportação	878,6	192,7
Proex	878,6	192,7
Total	1.728,2	553,0

Por fim, as despesas com subsídios e subvenções econômicas à agricultura e às exportações apresentaram queda de 0,2 ponto percentual do PIB comparativamente a 2001. Até agosto, os gastos com subsídios e a despesa líquida com a venda de produtos agrícolas totalizaram R\$ 360,2 milhões, contra R\$ 849,6 milhões em igual período do ano passado. A evolução de tais despesas refletiu, parcialmente, o recebimento líquido de R\$ 91,7 milhões nas operações realizadas no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF), com receitas obtidas com a venda de produtos agrícola, principalmente milho e arroz. Em contrapartida, no ano passado, em idêntico período, o AGF computou despesa líquida de R\$ 319,2 milhões.

Previdência Social

Em agosto, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 1,3 bilhão. No ano, o déficit primário acumulado foi de R\$ 9,4 bilhões, o equivalente a 1,13% do PIB.

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 1,3 bilhão em agosto, mantendo-se no mesmo nível do resultado observado no mês anterior. A arrecadação líquida atingiu R\$ 5,8 bilhões no mês, R\$ 29,5 milhões superior à registrada em julho. Por sua vez, a despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 7,1 bilhões em agosto, R\$ 25,7 milhões acima da verificada em julho. Na tabela II tem-se o resumo dessas informações.

No ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 43,3 bilhões, 11,5% acima do que foi verificado de janeiro a agosto de 2001. Em percentual do PIB, a

arrecadação cresceu 0,15 ponto percentual, atingindo 5,19% este ano, contra 5,04% em igual período do ano passado.

Considerando os primeiros oito meses do ano, as despesas com benefícios totalizaram R\$ 52,7 bilhões, superando em R\$ 7,4 bilhões o montante observado no mesmo período de 2001 quando estas totalizaram R\$ 45,3 bilhões. Como proporção do PIB, tal incremento correspondeu a 0,44 ponto percentual, acréscimo este decorrente do aumento de: i) 11,7% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo o reajuste do salário mínimo a partir de abril de 2002 (com impacto no caixa a partir de maio) e reajuste dos demais benefícios a partir de junho de 2002 (com impacto no caixa a partir de julho); e ii) 647,6 mil na quantidade média de benefícios pagos no ano de 2002.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Jan-Ago (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Contribuição	5,04%	5,19%
Benefícios	5,88%	6,32%
Resultado Primário	-0,84%	-1,13%

**TABELA 2
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Brasil, 2001-2002**

DISCRIMINAÇÃO	Jul	Ago	Jan-Ago	
	2002	2002	2001	2002
Arrecadação Líquida	5.776,5	5.806,0	38.825,9	43.275,0
Arrecadação Bruta	6.232,1	6.249,2	42.224,6	46.854,5
- Contribuição Previdenciária	5.861,4	5.892,0	39.364,6	43.941,8
- Simples	216,7	240,1	1.553,8	1.728,4
- CDP	1,5	0,0	52,7	54,6
- CFT	47,3	26,9	245,9	296,8
- Depósitos Judiciais	64,4	47,4	507,6	489,3
- Refis	30,0	31,5	306,3	253,9
- Outras Receitas	10,8	11,2	193,8	89,8
(-) Restituição/Devolução	-52,3	-24,7	-229,6	-225,0
(-) Transferências a Terceiros	-403,3	-418,4	-3.169,1	-3.354,5
Benefícios Previdenciários	7.091,5	7.117,2	45.321,5	52.694,2
Resultado Primário	-1.315,0	-1.311,1	-6.495,6	-9.419,2
Resultado Primário/PIB			-0,84%	-1,13%

O RGPS acumulou déficit primário de R\$ 9,4 bilhões até agosto de 2002, apresentando elevação nominal de 45,0% em relação a idêntico período de 2001.

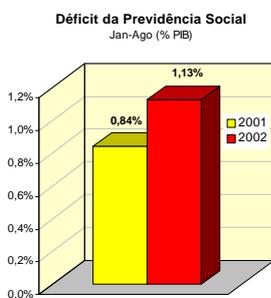
As concessões dos benefícios totais no período de janeiro a agosto, quando comparados a igual período de 2001, apresentaram os seguintes comportamentos ascendentes: i) as aposentadorias aumentaram em 231,1 mil (2,0%); ii) os auxílios-doença em 166,3 mil (32,0%); iii) as pensões por morte em 143,1 mil (2,8%); iv) os benefícios assistenciais em 76,7 mil (3,7%); v) os benefícios acidentários em 23,9 mil benefícios (3,5%); vi) os salários maternidade em 4,9 mil (3,6%); e vii) os demais benefícios aumentaram em 1,6 mil (9,9%).

Considerando o acumulado entre janeiro e agosto de 2002, o RGPS acumulou déficit primário de R\$ 9,4 bilhões, apresentando elevação nominal de 45,0% em relação a idêntico período de 2001. Como proporção do PIB, o

Benefícios Emitidos	jan/2001-ago/2001	jan/2002-ago/2002	%
Quantidade*	19,8	20,5	3,3%
Valor Médio**	292,4	326,6	11,7%

(*) média em milhões
(**) média em R\$ 1,00

resultado do acumulado do ano situou-se 0,29 ponto percentual acima do observado em idêntico período de 2001 (1,13% do PIB e 0,84% do PIB, respectivamente).



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

No mês de agosto, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 351,5 bilhões, equivalentes a 27,9% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 3, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos dois meses e em agosto de 2001.

TABELA 3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

(R\$ milhões)

	2001	2002	
	Agc	Jul	Ago
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	85.503	143.346	126.016
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	464.504	577.668	556.109
Dívida Contratual da STN	-294.533	-336.198	-330.548
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-84.468	-98.124	-99.545
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	188.413	256.908	225.519
Dívida Mobiliária em Poder do Público	142.496	194.479	171.605
Títulos Depositados em Garantia	-4.305	-5.657	-5.284
Dívida Contratual	51.288	69.156	60.381
Disponibilidades	-1.065	-1.070	-1.183
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	273.916	400.255	351.535
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	23,7%	32,1%	27,9%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em agosto, a dívida líquida caiu 4,2 pontos percentuais do PIB em relação a julho devido, principalmente, à apreciação cambial ocorrida no mês.

Em relação ao mês de julho, a dívida líquida caiu 4,2 pontos percentuais do PIB. Para tal comportamento contribuiu, principalmente, a apreciação cambial de 11,85% ocorrida no mês de agosto, o que impactou tanto a dívida interna indexada ao câmbio como o saldo da dívida externa convertida em reais.

A dívida interna líquida caiu 1,5 ponto percentual do PIB em relação a julho, refletindo a redução da dívida mobiliária interna e a elevação dos saldos dos haveres contratuais de entidades da administração indireta (fundos, fundações e autarquias). Em contrapartida, houve redução dos haveres contratuais da STN, em função, basicamente, da apreciação cambial ocorrida no mês.

A diminuição do saldo da dívida interna (R\$ 21,6 bilhões) decorreu da realização de compras pelo Banco Central no mercado secundário (R\$ 21,8 bilhões) e pelo resgate líquido de títulos, no montante de R\$ 2,0 bilhões, contrabalançado pela apropriação de juros reais (R\$ 1,8 bilhão). O crescimento

Dívida Interna Líquida

dos haveres contratuais de entidades da administração indireta deveu-se, principalmente, ao aumento dos haveres do FAT junto ao BNDES, para aplicação em programas de combate ao desemprego (R\$ 718,0 milhões).

Em agosto, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público ficou em 10,0% do PIB.

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

(R\$ milhões)

	2001	2002	
	Ago	Jul	Ago
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	85.503	143.346	126.016
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	464.504	577.668	556.109
LFT	254.034	298.070	295.315
LTN	58.072	51.746	48.187
NTN-C	22.454	36.651	38.413
NTN-D	11.924	67.139	58.090
Demais	96.171	99.409	90.930
Dívida Securitizada	19.400	22.437	23.015
TDA	2.449	2.216	2.159
DÍVIDA CONTRATUAL	-379.002	-434.322	-430.093
<i>Tesouro Nacional</i>	-294.533	-336.198	-330.548
Dívida Bancária	25.990	25.081	25.112
Lei nº 7.976/89	-11.585	-13.193	-12.243
Lei nº 8.727/93	-44.576	-45.550	-45.686
Lei nº 9.496/97	-148.095	-162.048	-163.964
Renegociação Dívida Municipais	-19.514	-21.570	-22.078
Demais Haveres da STN	-96.753	-118.917	-111.689
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-84.468	-98.124	-99.545
FAT	-61.622	-70.604	-71.322
Demais Entidades	-22.846	-27.520	-28.222
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	40,1%	46,3%	44,1%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-32,7%	-34,8%	-34,1%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,4%	-26,9%	-26,2%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	7,4%	11,5%	10,0%

Emissões e Resgates

Em agosto, conforme apresentado na tabela 5, houve resgate líquido de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 1,9 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 11,6 bilhões e os resgates a R\$ 13,6 bilhões.

Dentre as emissões realizadas por meio de oferta pública, ressaltam-se: i) R\$ 8,9 bilhões em LFT, com diversos vencimentos entre 2002 e 2006; ii) R\$ 1,7 bilhão em LTN, com vencimento em outubro de 2002, e; iii) R\$ 249,4 milhões em NTN-C com vencimentos em 2008 e 2017.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 777,2 milhões, tendo sido mais representativas: i) R\$ 422,0 milhões relativos à novação de dívidas da Eletrobrás; ii) R\$ 254,6 milhões referentes à emissão da 4ª tranche de títulos da Dívida Agrícola; e iii) R\$ 69,0 milhões de títulos da dívida securitizada para novação de dívidas do BESC (Banco do Estado de Santa Catarina).

Boxe 2 – Tesouro Direto

Do total de títulos emitidos, R\$ 5,0 milhões correspondem à venda direta por meio da internet – Tesouro Direto. Desse montante, 43,93% referem-se à venda de NTN-C (títulos remunerados ao IGP-M) e 33,08% à LTN (títulos prefixados).

Em agosto, foram resgatados R\$ 4,5 bilhões em títulos colocados por meio de emissão direta. Deste total, R\$ 3,5 bilhões foram cancelamentos de títulos, sendo mais relevantes os cancelamentos de LFT-B (títulos emitidos na negociação de dívidas estaduais), no valor de R\$ 3,4 bilhões, aceitas nos seis leilões de troca por LFT efetuados durante o mês.

TABELA 5
EMISSÕES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA
FEDERAL INTERNA (DPMFI) DO TESOURO NACIONAL EM PODER
DO PÚBLICO
BRASIL, Ago/2002

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	10.828	817	11.645
LFT	8.879	0	8.879
LTN	1.700	0	1.700
NTN-C	249	0	249
NTN-D	0	0	0
TDA	0	40	40
Securitizada**	0	324	324
Demais	0	454	454
II. Resgates***	9.077	4.507	13.584
LFT	300	0	300
LTN	6.002	0	6.002
NTN-C	0	0	0
NTN-D	2.775	0	2.775
TDA	0	0	0
Securitizada**	0	57	57
Demais	0	4.450	4.450
III. Valor líquido (I-II)	1.752	-3.690	-1.938

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.
** Inclui dívida agrícola.
*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos

Boxe 3
Emissão de NTN-C

Foi realizado, nos dias 30 e 31 de julho, com liquidação financeira em 1º de agosto, leilão de NTN-C - títulos remunerados a índice de preços (IGP-M) - com vencimentos em 2008 e 2017. O volume financeiro total emitido foi de R\$ 249,4 milhões, sendo R\$ 160,6 milhões (64,39%) relativos aos títulos com vencimento em 2008 e R\$ 88,8 milhões (35,61%) àqueles vencendo em 2017.

Do valor arrecadado, a maior parte - 91,38% - correspondeu a recebimento em dinheiro. Pela troca dos títulos tanto de 2008 como de 2017 foram aceitos títulos LFT. As taxas obtidas foram de 10,79% a.a. para o título mais curto e 10,90% a.a. para o título mais longo.

Quanto à composição da DPMFI, observou-se: i) aumento da participação dos títulos remunerados por índices de preços (0,75 ponto percentual) devido à emissão líquida de NTN-C e de títulos da dívida securitizada; ii) redução da participação dos títulos remunerados pela taxa Selic (0,66 ponto percentual) devido a realização de operações de recompras de LFT, efetuadas pelo Banco Central junto ao mercado; e iii) redução na participação dos títulos prefixados (0,48 ponto percentual) em razão do resgate líquido de R\$ 4,3 bilhões em LTN.

Composição

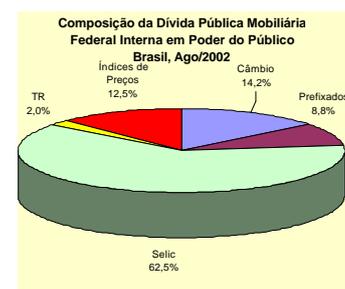
Em agosto, os títulos remunerados pela Selic representaram 62,5% do total da dívida pública em poder do público.

TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFI DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR
TIPO DE RENTABILIDADE
BRASIL, 2001/2002

(%)

Indexador	2001		2002
	Ago	Jul	Ago
Selic	66,93	63,15	62,49
Câmbio	6,48	13,88	14,21
Prefixados	12,64	9,28	8,80
Índices de Preços	9,20	11,73	12,48
TR	4,74	1,95	2,01
Outros	0,01	0,01	0,01

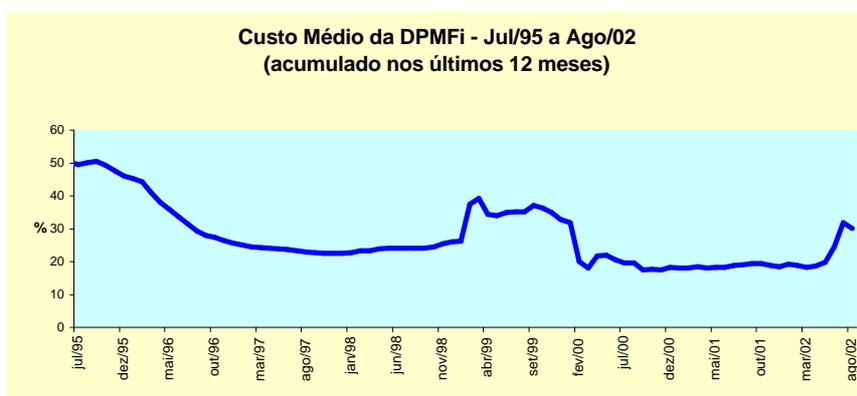
* Não inclui dívida agrícola.



Custo Médio

O custo médio dos títulos emitidos por oferta pública (com câmbio), acumulado nos últimos doze meses, foi de 30,03%, contra os 31,92% observados no mês anterior (vide gráfico abaixo). Considerando o custo médio no mês, observamos uma queda significativa de 128,63% em julho para 5,69% a.a. em agosto, influenciada pelo custo médio negativo dos títulos cambiais (-73,70%), devido à expressiva valorização cambial ocorrida em agosto. (vide publicação do mês anterior para maiores detalhes quanto às razões para as oscilações do custo médio).

Excluindo os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi em poder do público foi de 20,50% a.a. em agosto.

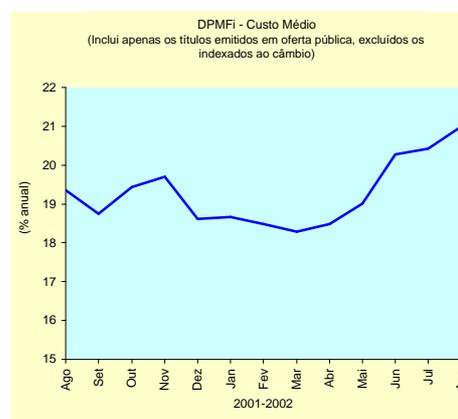


Excluindo os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 19,98% a.a. em julho para 20,50% a.a. em agosto. Contribuiu para este aumento, principalmente, a maior variação dos índices de preços em relação a julho (o IGP-M e o IGP-DI passaram de 1,95% a.m. e 2,05% a.m. para 2,32% a.m. e 2,36% a.m., respectivamente). Tal variação afetou em magnitude mais significativa o custo médio da NTN-C, dos títulos da dívida securitizada excluindo os títulos cambiais, que passou de 18,35% a.a. em julho para 20,78% a.a. em agosto.

**TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002**

Período	(% anual)			
	Total (1)	Total (2)	Pub (1)	Pub (2)
2000	17,45	17,64	18,09	18,35
2001				
Ago	18,60	22,65	19,35	22,30
Set	17,96	23,42	18,74	22,06
Out	19,03	19,62	19,44	20,10
Nov	19,12	10,99	19,70	12,55
Dez	17,83	8,73	18,62	10,07
2001	17,18	18,28	17,88	18,42
2002				
Jan	17,87	24,31	18,66	26,32
Fev	17,93	13,09	18,48	13,28
Mar	17,61	15,15	18,29	15,55
Abr	17,98	19,91	18,48	20,94
Mai	18,42	34,65	19,01	38,64
Jun	19,63	72,19	20,28	83,09
Jul	19,98	128,63	20,43	147,93
Ago	20,50	5,69	20,99	4,58
2002	18,74	34,76	19,32	38,01

Pub - Títulos emitidos em oferta pública.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



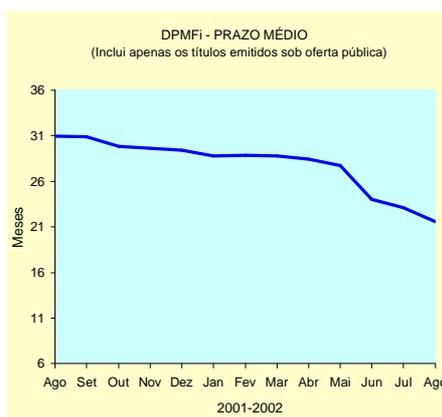
Em agosto, o prazo médio da DPMFi em poder do público, de responsabilidade do Tesouro Nacional, decresceu para 34,57 meses, contra 35,60 meses em julho. A pequena redução é explicada principalmente pelo resgate líquido e pelas operações de troca e recompra realizadas pelo Banco Central e Tesouro Nacional no período.

Prazo Médio

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002

Período	(meses)		
	Total	Of. Pub. (1)	
2001	Ago	42,05	30,93
	Set	39,16	30,92
	Out	40,69	29,81
	Nov	40,13	29,64
	Dez	39,84	29,40
2002	Jan	40,70	28,80
	Fev	40,34	28,85
	Mar	40,01	28,79
	Abr	39,76	28,43
	Mai	39,16	27,76
	Jun	36,76	24,00
	Jul	35,60	23,11
	Ago	34,57	21,56

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2002

Título	(meses)		
	2001 Ago	2002 Jul	2002 Ago
LTN	4,12	3,91	3,28
LFT	39,07	28,73	26,60
NTN-C	76,19	68,41	67,41
NTN-D	16,19	16,50	15,88
TDA	46,66	47,11	46,89
Dívida Securitizada*	68,78	55,84	54,33
Demais	92,41	117,26	117,94
Total	42,05	35,60	34,57

(*) Inclui dívida agrícola

Destacou-se, ainda, a queda de 1,51 mês no prazo médio dos títulos da dívida securitizada, devido ao cancelamento de R\$ 9,6 milhões em CVSA, que são títulos de longo prazo (134,24 meses).

O estoque da dívida externa bruta, em moeda nacional, diminuiu R\$ 31,4 bilhões no mês de agosto, comparativamente a julho. O saldo da dívida externa líquida atingiu R\$ 225,5 bilhões, correspondendo a 17,9% do PIB. O fator principal que determinou tal movimento foi a apreciação cambial do real ocorrida no mês, tendo em vista que o saldo em dólar apresentou variação negativa de 0,18%.

Dívida Externa Líquida

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002

	(R\$ milhões)		
	2001	2002	
	Ago	Jul	Ago
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	142.495,9	194.479,2	171.605,4
Bônus de Renegociação	51.008,9	64.912,6	57.221,9
Bônus de Captação	91.487,0	129.566,6	114.383,5
II. DÍVIDA CONTRATUAL	51.287,7	69.155,8	60.380,5
Organismos Multilaterais	25.922,3	38.237,6	33.097,4
Bancos Privados/Ag. Governamentais	8.707,3	11.667,2	10.272,0
Clube de Paris	16.658,1	19.251,0	17.011,1
DÍVIDA EXTERNA BRUTA (I + II)	193.783,6	263.635,0	231.985,9
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.305,2	-5.656,7	-5.284,3
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.065,0	-1.069,8	-1.182,6
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	188.413,4	256.908,5	225.519,1
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	16,3%	20,6%	17,9%

Em agosto, o saldo da dívida externa líquida em poder do público do Tesouro Nacional totalizou R\$ 225,5 bilhões, equivalente a 17,9% do PIB.

Essa ligeira diminuição no saldo devedor em dólar deve-se à ausência de emissões no mês de agosto e à amortização de cerca de R\$ 1,0 bilhão da dívida contratual externa.

O serviço da dívida externa pago em agosto totalizou R\$ 2,2 bilhões, dos quais R\$ 1,2 bilhão refere-se ao pagamento de juros e R\$ 1,0 bilhão ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 1,1 bilhão) referiu-se a pagamentos da dívida contratual externa junto a organismos multilaterais (BIRD e BID), conforme observado na tabela 10.

Em agosto, as despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 2,2 bilhões.

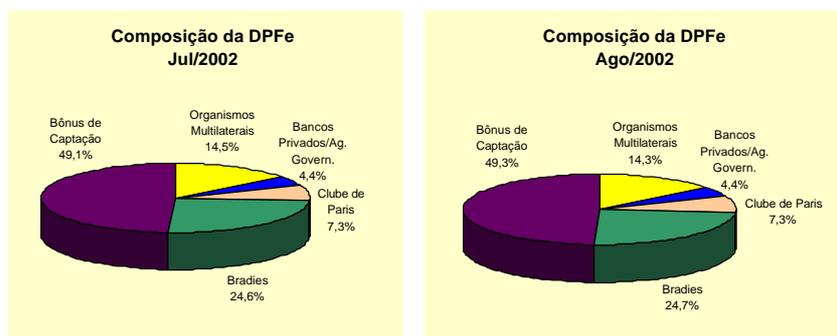
**TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Ago/2002**

(R\$ milhões)			
Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	1.038,3	1.191,6	2.230,0
I.1. Organismos Multilaterais	900,3	182,7	1.083,0
I.2. Bancos Privados/Ag Govern.	138,1	12,8	150,9
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	996,1	996,1
Global 2040	0,0	897,8	897,8
Samurai 2003	0,0	98,3	98,3

Composição

Em agosto, a principal alteração na composição da Dívida Pública Federal Externa – DPFe ocorreu junto aos organismos multilaterais (diminuição de 0,2 ponto percentual), em virtude da amortização de R\$ 900,3 milhões.

A participação dos Bônus de Captação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa passou de 49,1%, em julho, para 49,3%, em agosto.



Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou redução de 6,18 anos, em julho, para 6,14 anos em agosto, devido à ausência de movimentos significativos como resgates e novas emissões. Dessa forma, o prazo médio foi influenciado, quase que exclusivamente, pela redução no prazo remanescente

dos bônus. Também pelo mesmo motivo, o custo médio em dólares permaneceu inalterado, comparativamente a julho.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2001/2002

Título	2001		2002	
	Ago	Jul	Ago	
Prazo Médio (anos)	6,67	6,18	6,14	
Bônus de Renegociação	6,54	6,20	6,11	
Bônus de Captação	6,75	6,17	6,16	
Globais	8,33	7,38	7,39	
Euros	3,76	3,67	3,59	
Demais	2,98	2,64	2,56	
Custo Médio (% a.a.) *	8,69	8,57	8,57	
Bônus de Renegociação	6,37	5,15	5,15	
Bônus de Captação	9,98	10,29	10,28	
Globais	10,97	11,16	11,16	
Euros	9,80	10,10	10,11	
Demais	5,03	4,91	4,91	

* Custo Médio em dólares.

Em agosto, a dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,57% a.a. e prazo médio de 6,14 anos.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

"R\$ milhões

	ago/2001	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago/2002
I. RECEITA TOTAL	22.579,2	21.205,8	23.496,3	22.309,3	28.832,7	29.294,7	23.994,0	23.440,9	26.835,1	25.081,1	22.356,4	27.167,1	24.154,5
I.1. Receitas do Tesouro	17.527,0	16.294,3	18.423,9	17.223,1	20.236,7	24.163,4	18.810,2	18.260,7	21.463,7	19.544,5	17.067,2	21.390,5	18.348,4
I.1.1 Receita Bruta	18.658,8	16.699,2	19.042,8	17.718,9	20.568,7	24.420,2	19.160,7	18.465,4	21.656,8	19.789,2	18.198,8	22.565,8	19.770,9
- Impostos	8.192,8	7.673,3	8.903,3	7.686,5	9.522,6	12.109,0	8.627,4	8.687,4	10.152,5	8.890,9	8.301,9	9.870,7	8.201,8
- Contribuições	7.922,3	7.510,6	8.349,9	8.105,9	8.423,6	9.882,4	8.077,0	8.228,1	8.622,2	8.748,6	8.556,4	10.152,0	9.972,0
- Demais	2.543,7	1.515,3	1.789,5	1.926,5	2.622,4	2.428,7	2.456,4	1.550,0	2.882,1	2.149,7	1.340,5	2.543,1	1.597,1
I.1.2. (-) Restituições	-1.131,8	-404,9	-618,8	-495,8	-320,4	-157,5	-350,6	-204,8	-193,1	-244,7	-1.131,6	-1.175,3	-1.422,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	5.052,2	4.911,5	5.072,3	5.086,2	8.595,9	5.131,2	5.183,8	5.180,2	5.371,3	5.536,6	5.289,2	5.776,5	5.806,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.668,3	3.858,7	3.561,5	4.136,9	4.219,6	4.808,1	5.436,9	4.329,5	4.282,1	5.343,5	3.676,3	4.245,1	4.183,2
II.1. Transferências Constitucionais	2.817,3	3.028,6	2.903,5	3.009,6	3.622,0	3.913,7	4.533,4	3.487,0	3.669,5	4.171,2	2.972,6	3.241,0	3.080,7
II.2. Lei Complementar 87/96	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.3. Demais	552,5	531,7	359,6	828,9	299,2	566,0	573,2	513,1	283,2	842,9	374,3	674,7	773,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	18.910,9	17.347,0	19.934,8	18.172,4	24.613,1	24.486,6	18.557,0	19.111,4	22.553,0	19.737,6	18.680,1	22.922,0	19.971,3
IV. DESPESA TOTAL	16.450,8	15.683,0	17.489,8	17.252,1	29.396,7	18.378,6	15.973,7	17.027,7	16.754,6	17.711,1	16.774,9	20.923,5	18.503,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.787,3	4.806,0	4.785,4	5.223,1	7.947,7	7.241,4	5.486,6	5.281,0	5.359,4	5.288,5	5.923,1	7.046,9	5.502,7
IV.1.1. INSS	253,9	238,4	223,8	277,5	355,7	397,2	278,4	293,1	305,0	292,4	327,3	422,1	298,6
IV.1.2. Demais	4.533,4	4.567,6	4.561,5	4.945,5	7.592,0	6.844,3	5.208,2	4.987,9	5.054,4	4.996,1	5.595,9	6.624,8	5.204,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	6.092,5	6.019,1	6.026,7	6.676,9	11.283,8	6.157,9	6.254,7	6.316,7	6.413,8	6.608,6	6.733,9	7.091,5	7.117,2
IV.3. Custeio e Capital	5.571,0	4.857,9	6.677,7	5.352,1	10.165,1	4.979,2	4.232,5	5.430,0	4.981,3	5.814,0	4.117,9	6.785,1	5.883,9
IV.3.1. Despesa do FAT	942,2	563,1	604,9	621,5	571,4	333,5	627,5	467,2	434,6	788,9	94,2	1.227,3	889,2
- Abono e Seguro Desemprego	760,8	483,4	540,7	556,6	475,3	311,4	584,0	370,7	361,6	735,3	60,9	1.195,3	821,2
- Demais Despesas do FAT	181,4	79,7	64,3	64,9	96,1	22,1	43,5	96,6	73,0	53,7	33,2	32,0	68,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	584,9	133,5	1.217,0	95,6	683,5	130,7	-0,5	96,9	131,9	142,8	-84,2	75,1	161,9
- Operações Oficiais de Crédito	534,1	65,1	1.188,5	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3
- Subvenções aos Fundos Regionais	50,8	68,4	28,5	90,1	124,3	119,1	-83,2	2,3	64,5	63,7	-118,4	6,2	47,5
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.043,8	4.161,3	4.855,8	4.635,0	8.910,2	4.515,0	3.605,4	4.865,9	4.414,8	4.882,3	4.107,9	5.482,7	4.832,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.460,1	1.664,0	2.444,9	920,3	-4.783,6	6.108,0	2.583,3	2.083,7	5.798,4	2.026,6	1.905,2	1.998,5	1.467,6
V.1. Tesouro Nacional	3.500,4	2.771,7	3.399,3	2.511,0	-2.095,7	7.134,7	3.654,2	3.220,1	6.840,9	3.098,6	3.349,9	3.313,5	2.778,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-1.040,3	-1.107,7	-954,4	-1.590,7	-2.687,9	-1.026,7	-1.070,9	-1.136,4	-1.042,5	-1.072,0	-1.444,7	-1.315,0	-1.311,1
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-50,8	-82,9	-54,9	-61,4	-79,8	-22,8	-53,2	-57,8	-56,6	-43,8	-70,7	-60,0	-77,5
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.409,3	1.581,1	2.390,0	858,9	-4.863,4	6.085,2	2.530,0	2.025,9	5.741,8	1.982,7	1.834,5	1.938,5	1.390,1
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	61,7	371,3	-499,1	-13,1	-1.065,7	954,4	-385,5	288,3	-9,3	-134,7	-53,0	151,1	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	2.471,0	1.952,4	1.890,9	845,8	-5.929,2	7.039,6	2.144,5	2.314,2	5.732,5	1.848,0	1.781,5	2.089,6	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-11.645,1	-9.396,1	-7.628,0	7.443,3	7.637,6	-12.518,5	-678,6	-3.200,2	-8.338,9	-15.995,2	-23.076,4	-28.470,0	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-9.174,1	-7.443,7	-5.737,2	8.289,1	1.708,4	-5.478,9	1.465,9	-886,0	-2.606,4	-14.147,2	-21.294,9	-26.380,4	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	ago/2001	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago/2002
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	23.878,2	21.714,8	22.714,8	24.046,0	30.554,8	22.989,4	27.751,7	24.643,5	26.411,0	31.032,2	29.307,5	27.989,3	35.880,2
I.1 - Recolhimento Bruto	17.008,5	15.370,8	15.688,9	17.579,5	20.292,6	15.532,7	19.670,3	17.213,7	17.988,9	20.507,2	15.759,7	17.969,5	20.104,3
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	718,6	746,8	1.315,6	683,3	753,6	633,2	774,2	903,1	1.179,9	786,9	897,5	672,8	734,5
I.4 - Receita das Operações de Crédito	666,5	180,0	268,2	292,1	378,9	144,4	647,0	156,5	83,9	117,4	111,0	239,0	139,4
I.5 - Receita do Salário Educação	125,4	115,5	117,5	119,5	124,4	213,6	114,6	119,6	124,6	125,7	129,7	130,7	159,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	5.353,1	5.296,0	5.318,9	5.365,7	9.009,1	5.334,1	5.190,0	5.564,7	5.695,6	5.844,9	5.707,4	6.224,3	6.711,4
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	6,2	5,7	5,7	5,8	7,7	1.230,7	1.355,6	685,9	1.338,0	3.650,0	6.702,2	2.753,1	8.030,7
II. DESPESAS	21.769,6	21.200,7	24.622,3	22.602,8	33.639,9	25.745,1	25.816,8	23.197,9	26.272,1	24.157,3	26.689,0	25.337,8	26.461,0
II.1 - Liberações Vinculadas	4.483,9	4.459,4	4.367,6	4.023,2	5.665,8	5.869,1	6.158,3	4.847,4	5.038,3	5.938,3	4.498,2	4.898,4	5.540,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	2.998,6	3.224,7	3.090,9	3.204,3	3.852,2	4.175,5	4.832,2	3.715,7	3.882,0	4.471,2	3.165,2	3.451,6	3.280,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	406,8	194,0	252,5	459,7	180,3	165,8	344,8	174,6	171,5	457,3	250,1	242,1	605,9
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4	330,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4	329,4
II.1.4 - Outras Vinculações	780,1	742,3	725,7	60,7	1.334,9	1.199,5	651,0	627,8	655,5	680,4	753,5	875,4	1.324,8
II.2 - Liberações Ordinárias	17.285,6	16.741,3	20.254,8	18.579,6	27.974,1	19.875,9	19.658,5	18.350,5	21.233,8	18.219,0	22.190,8	20.439,4	20.920,8
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.781,7	4.677,4	4.144,8	5.256,1	7.908,2	7.079,8	5.289,3	5.390,5	5.216,9	5.258,5	7.457,7	5.351,9	5.435,1
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	933,2	777,8	4.121,9	921,5	-723,0	1.626,4	1.236,1	682,0	2.676,4	758,8	940,4	1.804,2	1.317,5
i) Dívida Contratual Interna	15,8	97,5	543,5	1,5	-978,3	76,4	102,5	100,7	111,5	449,1	105,2	97,6	90,1
ii) Dívida Contratual Externa	917,3	680,3	3.578,4	920,0	255,3	1.550,0	1.133,7	581,4	2.564,9	309,7	835,2	1.706,6	1.227,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	1.071,9	160,9	1.014,0	866,3	1.741,7	2.104,4	2.644,0	1.751,7	3.043,1	1.195,0	2.466,7	1.638,0	1.507,1
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	5.997,4	6.451,4	6.382,3	6.411,7	10.611,8	6.377,3	6.494,5	5.977,3	6.550,3	6.854,9	6.613,2	6.864,5	8.714,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.869,6	4.437,0	4.280,3	4.861,3	7.509,1	2.520,0	3.725,5	4.275,8	3.558,6	3.923,6	4.569,6	4.455,6	3.682,4
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	631,9	236,8	311,4	262,7	926,4	168,1	269,1	273,2	188,4	228,2	143,1	325,3	264,4
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	2.108,6	514,1	-1.907,5	1.443,2	-3.085,1	-2.755,7	1.934,9	1.445,6	138,8	6.874,9	2.618,5	2.651,4	9.419,2
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	14.969,2	14.663,9	24.725,1	13.656,5	10.112,3	16.491,4	14.390,1	16.362,7	22.687,6	11.895,9	7.020,7	25.588,6	9.437,1
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	12.576,0	14.321,6	24.205,3	13.263,2	9.548,4	16.169,0	13.777,4	15.769,5	22.129,2	11.364,9	6.448,7	22.521,5	7.398,8
IV.2 - Outras Operações de Crédito	2.393,2	342,3	519,8	393,3	563,9	322,4	612,7	593,1	558,3	531,0	572,0	3.067,1	2.038,3
V. DESPESAS	17.888,2	8.935,2	16.027,7	12.653,1	10.815,2	11.352,5	15.212,7	15.676,5	19.695,7	5.855,9	18.295,1	10.345,3	10.869,9
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	17.103,0	9.219,4	11.053,8	10.892,4	9.004,0	11.180,8	15.006,6	15.365,1	18.941,2	4.597,6	16.418,1	7.665,6	9.796,0
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	785,2	-284,2	4.973,9	1.760,7	1.811,2	171,7	206,1	311,4	754,5	1.258,3	1.877,0	2.679,8	1.073,8
V.2.1 - Dívida Interna	423,8	-621,2	1.433,5	6,6	296,2	71,5	91,9	92,1	93,1	-82,4	105,4	89,0	82,4
V.2.2 - Dívida Externa	361,4	337,1	3.540,5	1.754,1	1.515,1	100,1	114,2	219,3	661,5	1.340,6	1.771,5	2.590,8	991,4
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-4.527,0	5.102,2	13.151,4	2.370,8	544,4	4.988,2	-1.229,2	404,4	3.188,1	6.767,2	-9.969,4	14.855,9	-2.397,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5	8.686,7	3.372,8	4.703,4
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	473,0	12.744,7	5.440,0	2.175,4	-4.428,9	-924,8	4.156,1	3.002,2	-181,1	18.613,4	30,8	21.267,5	12.689,8

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	ago/2001	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago/2002
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	7.293,5	8.646,1	7.053,3	5.850,4	2.493,9	6.161,1	8.867,5	1.700,7	6.168,7	6.137,4	9.810,9	11.156,0	8.583,5
I.1. Emissão de Títulos	5.202,8	5.423,2	6.151,0	5.851,9	3.375,4	4.861,4	7.619,9	1.252,4	4.811,0	2.278,9	2.767,3	8.088,4	2.911,8
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.955,8	2.999,4	835,2	-4,4	-342,9	1.187,0	1.163,9	414,2	1.258,3	3.650,0	6.702,2	2.753,1	5.733,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	134,9	223,4	67,0	2,9	-538,6	112,7	83,8	34,0	99,3	208,5	341,5	314,5	-62,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	6.010,2	2.144,1	8.403,1	6.121,6	3.134,8	9.469,2	5.823,8	830,2	9.480,5	438,8	1.124,2	7.783,2	3.880,1
II.1. Resgate de Títulos	5.204,8	1.886,1	7.585,1	5.504,8	2.195,0	7.963,1	5.021,9	729,5	8.247,8	7,8	11,8	6.047,7	3.307,7
II.2. Encargos da DPMF	805,4	258,0	818,0	616,7	939,8	1.506,1	801,9	100,7	1.232,7	431,1	1.112,4	1.735,5	572,4
III. RESULTADO (I - II)	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-3.308,0	3.043,7	870,5	-3.311,8	5.698,5	8.686,7	3.372,8	4.703,4

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	ago/2001	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago/2002
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	15,4	4,0	13,1	18,0	30,2	5,0	19,0	17,6	20,2	18,9	19,1	18,1	17,5
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	23,3	0,0	0,0	0,0	42,2	2,1	0,0	12,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	17,9	-14,2	16,5	-51,1	18,9	-20,4	28,2	9,0	7,5	-2,4	-11,1	10,2	-22,5
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,0	0,2	0,2	0,3	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,8	1,9
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	10,6	-29,3	1,3	-51,3	-11,5	-40,4	5,9	-8,9	7,3	-10,1	-13,5	-7,6	-24,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	7,0	15,0	15,0	0,0	30,2	20,0	22,2	17,8	0,1	7,6	2,1	17,0	0,0
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	69,4	25,0	19,1	19,0	155,5	0,6	25,2	22,4	24,5	24,3	26,1	38,6	50,4
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	408,2	50,4	46,3	19,5	296,8	24,3	10,4	33,4	15,2	38,3	0,2	2,0	68,9
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	15,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. TOTAL	534,1	65,1	95,1	5,5	559,2	11,6	82,7	94,6	67,4	79,2	34,2	68,9	114,3

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Ago/2001	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2002
I. DÍVIDA INTERNA	85.502,8	90.489,0	100.358,1	105.480,4	120.499,9	120.582,8	132.159,0	125.471,8	135.005,1	139.976,0	136.597,9	143.346,5	126.016,1
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	464.504,4	475.125,8	490.690,7	495.198,5	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2	577.668,2	556.108,7
Dívida Bancária	25.990,0	25.989,3	26.419,0	26.459,0	25.355,0	25.364,4	25.367,2	25.361,1	25.382,6	25.414,3	25.423,8	25.080,8	25.111,7
INSS	-10.874,1	-10.970,9	-11.012,6	-11.172,2	-11.257,1	-11.277,4	-11.298,8	-11.319,2	-11.331,6	-11.410,9	-11.537,6	-11.738,4	-11.979,0
Lei 7.976/89	-11.585,2	-12.082,0	-12.308,8	-11.487,3	-10.316,5	-10.684,3	-10.425,0	-10.303,9	-10.361,7	-10.810,1	-11.573,9	-13.192,8	-12.243,0
Bônus Renegociação	-21.260,6	-22.190,0	-22.333,3	-20.836,9	-18.988,0	-19.081,6	-18.498,3	-18.310,5	-18.477,7	-19.773,4	-22.204,5	-26.765,6	-23.595,8
Lei 8.727/93	-44.576,5	-44.638,8	-45.083,0	-46.321,3	-46.429,7	-45.312,4	-45.331,5	-45.299,3	-45.332,0	-45.386,4	-45.417,7	-45.550,1	-45.686,0
Lei 9.496/97	-148.094,7	-149.746,2	-150.754,9	-153.189,0	-154.222,1	-154.768,7	-155.046,2	-155.941,8	-155.874,4	-157.271,1	-159.601,2	-162.048,3	-163.963,6
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-19.514,1	-19.700,0	-19.795,4	-20.105,4	-20.279,5	-20.375,4	-20.425,8	-20.829,8	-20.847,1	-21.032,6	-21.276,3	-21.569,6	-22.077,8
Recebíveis das Estatais	-17.616,5	-18.009,2	-18.446,5	-18.238,0	-17.878,1	-18.285,1	-18.247,1	-18.289,1	-19.454,4	-19.940,5	-20.896,4	-22.410,0	-21.767,8
Outros	-32.120,6	-32.631,8	-32.847,2	-33.272,5	-33.378,8	-30.059,7	-29.976,7	-30.175,2	-30.187,6	-30.172,8	-30.505,5	-37.194,3	-37.548,3
Fat	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3
Demais Entidades	-22.845,9	-23.030,1	-23.243,7	-23.379,6	-23.613,7	-23.955,2	-24.763,4	-25.392,9	-26.070,3	-26.676,8	-27.168,4	-27.519,8	-28.222,2
Créditos das Operações Oficiais	-12.197,0	-12.682,0	-12.676,0	-12.126,6	-11.554,5	-11.832,7	-11.414,8	-11.063,5	-11.204,1	-11.703,0	-12.663,6	-14.233,1	-12.870,0
Arrecadação a Recolher	-2.684,1	-2.693,0	-4.725,0	-2.839,8	-767,0	-7.746,0	-4.591,6	-4.587,8	-6.977,2	-3.581,2	-4.115,5	-6.576,0	-3.928,4
II. DÍVIDA EXTERNA	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,8	212.765,4	256.908,5	225.519,1
Dívida Mobiliária	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4
Títulos Depositados em Garantias	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3
Dívida Contratual	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5
Disponibilidades	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	273.916,2	287.525,3	297.910,9	286.308,8	285.131,0	293.804,1	300.199,7	294.900,6	309.924,8	327.579,8	349.363,3	400.254,9	351.535,2
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	23,7%	24,7%	25,3%	24,2%	23,9%	24,5%	24,9%	24,4%	25,5%	26,7%	28,2%	32,1%	27,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Ago/2001	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2002
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1	127.672,9	129.252,8	134.051,0	143.612,1	163.790,8	194.479,2	171.605,4
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	51.008,9	53.314,3	53.067,8	49.570,6	45.487,3	46.744,8	45.389,8	44.878,3	44.729,7	47.750,1	53.853,7	64.912,6	57.221,9
Brazil Investment Bond (BIB)	987,8	992,7	1.006,0	939,7	862,3	898,7	872,7	827,5	841,4	898,2	1.013,0	1.221,0	1.076,4
Par Bond (PB)	5.472,3	5.685,2	5.761,4	5.381,8	4.938,4	4.965,9	4.822,0	4.771,4	4.782,8	5.105,7	5.758,4	6.940,9	6.118,6
Discount Bond (DB)	5.698,5	5.965,6	6.045,5	5.647,1	5.182,0	5.274,4	5.121,5	5.067,8	5.152,7	5.500,6	6.203,7	7.477,7	6.591,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.580,7	1.654,8	1.676,9	1.566,4	1.437,4	1.468,1	1.425,5	1.410,6	1.434,2	1.531,0	1.726,8	2.081,3	1.834,8
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	16.857,5	17.647,6	17.884,1	16.705,5	15.329,4	15.814,7	15.356,3	15.195,4	15.449,8	16.492,9	18.601,3	22.421,1	19.764,7
Debt Conversion Bond (DCB)	9.745,2	10.201,4	10.338,1	9.656,8	8.861,4	9.175,4	8.909,4	8.816,1	8.961,2	9.566,7	10.789,1	13.004,6	11.463,8
New Money Bond (NMB)	4.291,0	4.492,1	4.267,8	3.986,6	3.658,2	3.778,4	3.668,9	3.630,5	3.445,2	3.677,8	4.147,9	4.999,7	4.407,3
Eligible Interest (EI)	6.376,0	6.674,8	6.087,8	5.686,7	5.218,2	5.369,2	5.213,5	5.158,9	4.662,5	4.977,3	5.613,5	6.766,3	5.964,6
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	91.487,0	95.685,6	96.518,6	86.409,5	78.995,6	84.790,2	82.283,0	84.374,4	89.321,3	95.862,0	109.937,1	129.566,6	114.383,5
Bônus Global	1.913,8	2.003,5	2.030,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2007	1.189,1	1.242,8	1.245,8	1.137,7	1.052,9	1.064,8	1.033,9	1.023,1	1.040,2	1.206,5	1.444,1	1.716,8	1.520,4
Bônus Parallel Franco	354,6	370,6	371,4	339,2	313,9	327,2	317,7	314,4	319,6	-	-	-	-
Bônus Parallel Florim	422,1	441,2	442,3	403,9	373,8	389,5	378,3	374,3	380,6	-	-	-	-
Bônus Parallel Xelim	338,0	353,3	354,1	323,4	299,3	311,9	302,9	299,7	304,7	-	-	-	-
Bônus Global 2027	8.931,0	9.349,6	9.474,9	8.850,5	8.121,4	8.464,1	8.218,7	8.132,6	8.268,8	8.827,0	9.955,4	11.999,8	10.578,1
Bônus EuroIra	900,8	941,4	943,7	861,8	797,6	831,2	807,1	798,7	812,1	866,9	1.094,0	1.300,6	1.151,8
Bônus Eurosterling 2007	557,6	591,3	591,9	537,1	506,1	513,0	499,5	492,9	501,1	535,0	603,3	805,6	704,0
Bônus Euro 2003	1.170,4	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	1.017,2	1.085,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8
Bônus Marco Alemão 2008	891,8	932,1	934,3	853,3	789,7	823,0	799,1	799,7	804,0	904,9	1.083,1	1.287,6	1.140,3
Bônus Global 2008	3.189,6	3.339,1	3.383,9	3.160,9	2.900,5	3.022,9	2.935,3	5.809,0	5.906,3	6.305,0	7.111,0	8.571,3	7.555,8
Bônus Global 2004	7.655,1	8.013,9	8.121,3	7.586,1	6.961,2	7.254,9	7.044,6	6.970,8	7.087,5	7.566,0	8.533,2	10.285,5	9.066,9
Bônus Euro 2002	1.864,5	1.948,7	1.953,3	1.783,9	1.650,9	1.666,0	1.617,7	1.600,7	1.627,5	1.887,8	2.259,6	-	-
Bônus Euro 2004	1.165,3	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2	1.011,1	1.000,5	996,9	1.156,3	1.384,0	1.645,3	1.457,1
Bônus Global 2009	5.103,4	5.342,6	5.414,2	5.057,4	4.640,8	4.836,6	4.696,4	4.647,2	4.725,0	5.044,0	5.688,8	6.857,0	6.044,6
Bônus Euro 2006	1.631,4	1.705,1	1.709,2	1.560,9	1.445,7	1.457,7	1.415,5	1.400,6	1.399,7	1.623,5	1.943,2	2.310,2	2.045,8
Bônus Euro 2001	1.398,4	1.461,5	1.465,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global 2020	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3
Bônus Euro 2010	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2
Bônus Global 2030	4.082,7	4.274,1	4.331,4	4.045,9	3.712,6	3.869,3	3.757,1	3.717,8	3.780,0	4.035,2	4.551,0	5.485,6	4.835,7
Bônus Samurai 2003	5.574,7	5.803,3	5.743,7	5.326,0	4.595,7	4.763,3	4.562,4	4.547,3	4.768,9	5.267,5	6.173,1	7.425,9	6.628,4
Bônus Euro 2005	2.913,3	3.044,8	3.052,1	2.787,4	2.579,5	2.603,1	2.527,6	2.501,2	2.518,6	2.921,4	3.496,7	4.214,8	3.681,3
Bônus Global 2007	3.833,9	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5
Bônus Global 2040	13.159,9	13.776,7	13.961,4	13.041,3	11.967,0	12.471,9	12.110,4	11.983,5	12.184,1	13.006,7	14.669,5	17.681,8	15.586,9
Bônus Euro 2007	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9	1.516,6	1.500,7	1.525,8	1.769,8	2.118,4	2.518,4	2.230,2
Bônus Samurai 2006	1.286,5	1.339,2	1.325,5	1.229,1	1.060,5	1.079,0	1.052,9	1.049,4	1.100,5	1.215,6	1.424,6	1.713,7	1.529,6
Bônus Global 2006	3.827,6	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5	3.522,3	3.485,4	3.543,8	3.783,0	4.266,6	5.142,8	4.533,5
Bônus Euro 2011	2.330,6	2.435,8	2.441,7	2.229,9	2.063,6	2.082,5	2.022,1	2.000,9	2.034,4	2.359,8	2.824,5	3.357,8	2.973,6
Bônus Global 2024	5.486,2	5.743,3	5.820,3	5.436,7	4.988,9	5.199,3	5.048,6	4.995,7	5.079,4	5.422,3	6.115,5	7.371,3	6.497,9
Bônus Samurai 2007	1.715,3	1.785,6	1.767,3	1.638,8	1.414,1	1.438,6	1.403,8	1.399,2	1.467,3	1.620,8	1.899,4	2.284,9	2.039,5
Bônus Global 2005	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3	2.348,2	2.323,6	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3
Bônus Global 2012	-	-	-	-	-	3.022,9	2.935,3	2.904,5	2.953,1	3.152,5	3.555,5	4.285,6	3.777,9
Euro Bond 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	1.017,2	1.179,9	1.412,2	1.678,9	1.486,8
Bônus Global 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	2.362,5	2.522,0	2.844,4	3.428,5	3.022,3
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7	-3.917,5	-3.580,7	-3.803,6	-4.022,4	-4.565,6	-5.656,7	-5.284,3
III. DÍVIDA CONTRATUAL	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9	45.260,1	44.706,1	45.615,0	49.003,9	54.544,8	69.155,8	60.380,5
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6
V. TOTAL (I+II+III+IV)	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3	168.040,7	169.428,8	174.919,7	187.603,8	212.765,4	256.908,5	225.519,1
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	16,3%	16,9%	16,8%	15,3%	13,8%	14,4%	14,0%	14,0%	14,4%	15,3%	17,2%	20,6%	17,9%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Ago/2001	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2002
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	633.499,0	650.451,3	676.684,8	680.641,2	691.817,5	697.630,6	711.471,1	713.695,0	730.722,1	746.927,5	760.458,8	806.298,3	799.952,0
I. Dívida em Mercado	464.504,4	475.125,8	490.690,7	495.198,5	507.532,3	514.240,0	522.729,6	518.340,9	532.717,2	539.995,0	546.216,2	577.668,2	556.108,7
Dívida Securitizada	19.360,3	19.058,7	17.223,7	17.394,8	19.275,2	19.482,2	23.712,1	22.560,4	22.161,8	22.219,6	22.214,0	22.396,2	22.988,0
Certificados de Privatização	39,6	39,0	39,1	39,2	39,2	40,2	40,2	40,3	40,4	40,5	40,5	40,6	26,7
TDA	2.448,6	2.422,4	2.347,5	2.291,2	2.276,5	2.224,5	2.244,0	2.245,4	2.217,4	2.206,7	2.193,8	2.215,5	2.158,7
LTN	58.072,5	57.183,2	52.859,2	51.191,1	48.806,7	48.039,9	47.389,4	56.897,2	61.907,9	61.006,2	56.249,0	51.746,4	48.187,3
LFT	254.034,3	255.029,6	260.464,3	266.019,8	275.243,1	279.676,2	277.993,1	260.294,3	265.366,0	268.387,8	270.183,2	298.070,4	295.315,3
LFT-A	20.598,6	20.742,9	20.931,8	20.935,2	20.960,6	21.148,4	21.276,7	21.430,3	21.608,7	21.758,4	21.903,4	22.041,9	22.216,8
LFT-B	30.145,1	29.952,1	30.019,8	29.989,8	29.953,5	29.619,2	29.639,1	29.842,8	29.873,9	29.909,3	29.879,4	29.845,2	22.405,4
LFT-E	447,6	453,6	460,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NTN-A	11.909,2	12.475,5	12.374,5	11.447,7	10.713,7	11.307,8	10.944,7	10.842,8	10.790,0	11.578,0	12.990,4	15.890,9	14.080,5
NTN-B	-	-	-	-	-	8.156,9	8.404,4	9.275,6	9.403,4	9.514,7	9.588,1	9.694,9	9.905,3
NTN-C	22.454,4	23.400,6	24.872,1	25.961,4	26.781,6	26.836,1	30.746,9	30.922,8	33.589,0	34.753,6	35.920,9	36.651,3	38.412,9
NTN-D	11.923,6	20.941,2	35.460,5	37.820,0	39.204,3	40.709,8	47.277,5	50.921,8	53.710,2	56.073,2	61.936,2	67.138,5	58.089,5
NTN-H	1.830,4	1.580,1	1.704,4	1.286,1	212,6	213,5	173,4	173,7	160,6	161,0	161,3	161,6	162,1
NTN-I	2.433,4	2.693,5	2.728,7	1.926,3	1.260,5	1.513,9	1.415,8	1.381,5	1.398,3	1.514,0	1.709,2	2.005,8	1.729,2
NTN-P	11.744,5	11.844,2	11.936,5	11.942,4	12.103,0	4.595,7	4.622,8	4.654,1	4.687,7	4.728,5	4.758,0	2.340,4	2.358,2
NTN-S	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFT-A	11.942,3	11.955,0	11.891,0	11.928,3	11.945,5	11.938,6	11.242,7	11.228,9	11.220,3	11.244,0	11.295,6	11.460,6	11.765,6
CFT-D	2.705,1	2.887,3	2.974,2	2.705,0	1.836,2	1.655,8	1.614,9	1.614,1	2.304,7	2.506,7	2.760,3	3.042,1	3.149,0
Demais	2.415,0	2.467,1	2.402,9	2.320,3	6.920,1	7.081,2	3.991,9	4.015,1	2.277,0	2.393,0	2.432,8	2.925,8	3.158,3
II. Dívida com BACEN	168.994,6	175.325,5	185.994,1	185.442,7	184.285,2	183.390,6	188.741,5	195.354,0	198.004,9	206.932,5	214.242,6	228.630,1	243.843,3
LTN	30.707,7	30.125,5	28.028,8	25.699,9	27.962,0	25.193,8	23.222,7	24.848,0	54.442,5	55.521,0	57.109,4	63.100,0	62.334,0
LFT	46.039,7	46.123,6	46.297,9	46.401,8	46.499,7	47.217,5	47.810,9	53.093,8	54.751,1	57.791,5	57.637,5	62.017,3	101.613,3
LFT-A	61.732,5	62.104,5	62.608,8	63.023,2	63.437,0	63.939,9	64.555,7	64.655,8	-	-	-	-	-
NTN-A	2.222,9	1.628,1	2.133,1	1.702,1	1.836,1	2.072,1	1.869,9	1.683,1	1.715,6	-	-	-	-
NTN-D	27.678,7	34.730,1	46.310,0	47.999,4	43.933,4	44.349,0	50.664,2	50.455,0	87.091,0	93.615,3	99.490,9	103.508,0	76.030,5
Demais	613,1	613,7	615,4	616,2	616,9	618,4	618,0	618,3	4,7	4,7	4,8	4,8	3.865,5
Dívida em Mercado/PIB	40,1%	40,8%	41,7%	41,8%	42,5%	42,9%	43,4%	42,8%	43,8%	44,0%	44,2%	46,3%	44,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Ago/2001	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2002
I. INTERNA	-84.468,3	-85.282,2	-86.768,9	-86.588,2	-87.316,1	-89.598,3	-90.682,0	-92.110,1	-93.046,8	-94.351,2	-95.250,0	-98.124,3	-99.544,5
Dívida contratual	630,4	652,6	655,1	620,4	581,9	597,8	585,3	579,1	585,7	619,1	674,1	785,2	707,8
FAT	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2	-65.918,7	-66.717,2	-66.976,5	-67.674,4	-68.081,6	-70.604,5	-71.322,3
Aplicações financeiras	-2.213,9	-2.206,2	-2.172,0	-2.066,5	-1.951,7	-1.926,2	-2.206,9	-2.501,4	-2.759,0	-2.759,1	-2.782,2	-2.632,5	-2.761,3
Fundos Regionais	-15.106,6	-15.349,0	-15.630,2	-15.859,5	-16.091,8	-16.362,8	-16.842,7	-17.202,5	-17.514,5	-17.883,8	-18.330,7	-18.681,7	-18.980,4
Demais	-6.155,7	-6.127,5	-6.096,5	-6.074,0	-6.152,1	-6.264,0	-6.299,0	-6.268,1	-6.382,6	-6.652,9	-6.729,7	-6.990,8	-7.188,3
II. EXTERNA	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6
Disponibilidades	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0	-974,7	-949,4	-942,8	-989,7	-1.004,6	-1.069,8	-1.182,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-85.533,3	-86.444,2	-87.909,2	-87.707,9	-88.299,8	-90.561,4	-91.656,7	-93.059,5	-93.989,6	-95.340,9	-96.254,6	-99.194,1	-100.727,1
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,4%	-7,4%	-7,5%	-7,4%	-7,4%	-7,6%	-7,6%	-7,7%	-7,7%	-7,8%	-7,8%	-7,9%	-8,0%

(-) Haver (+) Obrigação
 Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em agosto, foram 5,3% menores que os valores distribuídos no mês de julho/2002. Esse decréscimo deveu-se a arrecadação do IRRF, que apresentou no 1º decêndio do mês de agosto, apenas um fato gerador de arrecadação dessa receita, contra dois no mesmo período de julho. Contribuiu também para redução da base de cálculo dos Fundos, a dedução na parcela do IRPJ-Imposto de Renda Pessoa Jurídica dos incentivos fiscais, conforme a Portaria nº 120/2002, de 24/05/02. Em relação ao mesmo mês de 2001, FPM e FPE apresentaram crescimento nominal de 10,0%.

A diminuição do valor das cotas a partir do mês de junho em relação aos primeiros meses de 2002 (janeiro a maio) já era esperada em face do início do processo de restituição do Imposto de Renda Pessoas Físicas-Ano Base 2001, a partir daquele mês. Tal comportamento ficou mais acentuado, não por queda na arrecadação, mas pelo fato de que, nos cinco primeiros meses do ano, os repasses tiveram substancial crescimento em razão do ingresso da arrecadação do REFIS dos exercícios de 2000 e 2001 e do Imposto de Renda recolhido pelos Fundos de Pensão, fato que não ocorreu nos meses subsequentes e que não ocorrerá nos anos seguintes.

A transferência por conta do IPI apresentou variação positiva de 2,6% em comparação ao mês anterior. A queda em relação à estimativa inicial (+9,7%) deveu-se a redução na arrecadação do IPI-Demais (automóveis, bebidas e o outros).

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	AGO	JUL	JAN A AGO	AGO/02 JUL/02	AGO/02 AGO/01	JAN A AGO/02 JAN A AGO/01
2001	1.359,7	1.291,4	11.542,4	-	-	-
2002	1.496,1	1.580,0	14.239,5	-5,3 %	+10,0%	+23,4%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	AGO	JUL	JAN A AGO	AGO/02 JUL/02	AGO/02 AGO/01	JAN A AGO/02 JAN A AGO/01
2001	1.299,2	1.234,0	11.029,4	-	-	-
2002	1.429,6	1.509,8	13.606,6	-5,3 %	+10,0%	+23,4%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

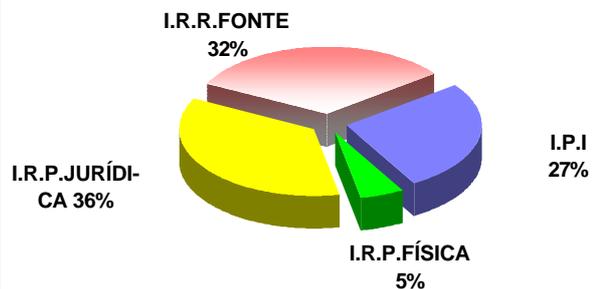
De acordo com a Portaria STN 578/01 os créditos no mês de **agosto** foram efetuados nas seguintes datas: **09/08, 20/08 e 30/08**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
AGO	-4,5 %	-5,3 %	-4,5 %	-5,3 %	+9,7 %	+2,6 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **agosto** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

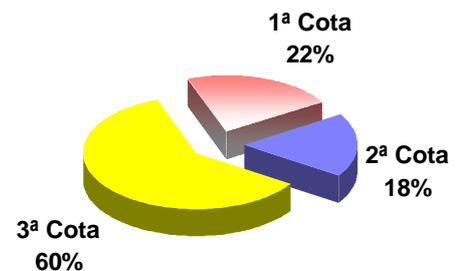
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



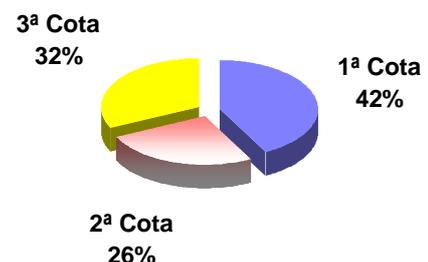
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de julho a 20 de agosto, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Jul	519,9	3.904,0	4.423,9						
AGO/2002	1.511,7	4.094,8	5.606,5	AGO/2002	6.649,3	1.215,2	1.271,7	131,8	462,1
1º Dec./Ago.	635,9	581,0	1.216,9	3º Dec./Jul.	4.423,9	808,5	846,1	44,2	299,8
2º Dec./Ago.	394,5	614,0	1.008,5	1º Dec./Ago.	1.216,9	222,4	232,7	54,1	89,9
3º Dec./Ago.	481,2	2.899,8	3.381,1	2º Dec./Ago.	1.008,5	184,3	192,9	33,5	72,5

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	6.998,43	41.570,62	13,34	8.618,34
AL	30.197,64	50.551,86	129,44	14.687,88
AM	17.790,16	33.907,82	3.737,44	10.280,69
AP	4.816,45	41.461,25	30,33	8.372,84
BA	115.289,37	114.178,84	7.713,33	53.920,54
CE	64.571,48	89.155,06	1.559,70	28.208,20
DF	3.067,86	8.387,03	2,95	2.422,05
ES	22.588,93	18.227,40	5.876,60	10.346,34
GO	47.532,12	34.548,21	922,44	15.306,99
MA	51.352,46	87.712,66	1.576,34	34.379,47
MG	165.575,82	54.129,29	17.119,10	48.168,12
MS	19.048,23	16.185,93	788,06	6.966,87
MT	24.240,17	28.044,67	720,58	10.312,83
PA	46.131,91	74.270,56	6.319,94	28.734,68
PB	41.064,52	58.192,79	333,93	17.716,96
PE	65.527,92	83.848,45	859,16	25.602,06
PI	31.521,98	52.511,91	154,63	16.642,34
PR	86.230,02	35.035,49	14.240,97	28.894,47
RJ	37.774,86	18.564,00	8.383,71	14.319,41
RN	31.500,61	50.768,16	408,99	14.769,11
RO	11.487,94	34.214,04	145,52	8.213,95
RR	6.070,98	30.144,47	9,75	6.411,58
RS	86.177,60	28.614,58	21.838,30	29.052,33
SC	50.091,25	15.551,61	12.432,76	15.552,42
SE	18.357,16	50.493,53	88,62	12.289,52
SP	169.125,80	12.151,60	26.356,23	51.418,47
TO	19.370,02	52.737,93	18,98	12.767,17
TOTAL	1.273.501,72	1.215.159,77	131.781,13	534.375,65

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	SET/AGO	OUT/SET	NOV/OUT
FPM	+12,0 %	-17,0 %	+4,0 %
FPE	+12,0 %	-17,0 %	+4,0 %
IPI-EXP	+6,0 %	+1,0 %	+2,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

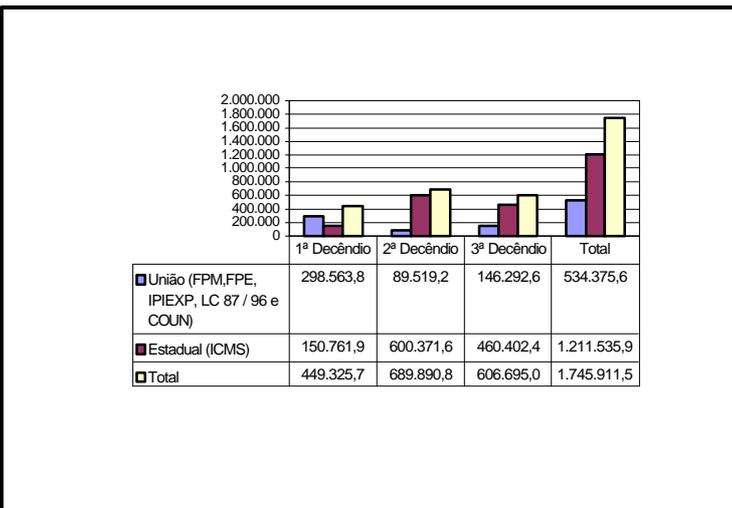
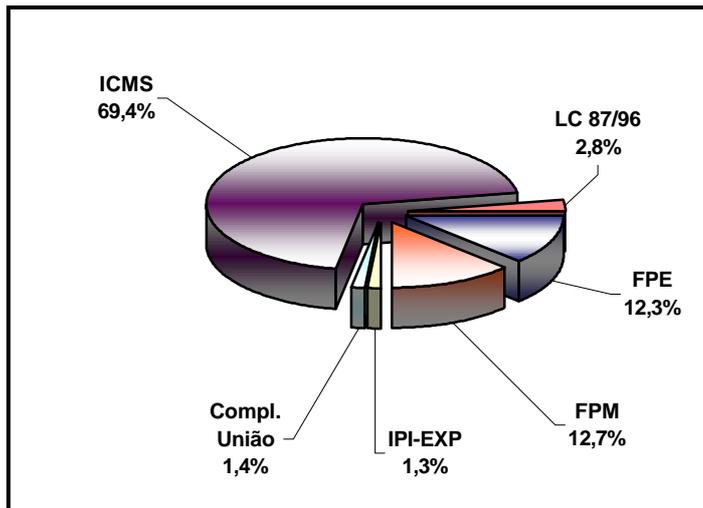
Mês	Data	Mês	Data
Out/2001	30/10/01	Mar/2002	29/04/02
Nov/2001	30/01/02	Abr/2002	28/05/02
Dez/2001	25/01/02	Mai/2002	21/06/02
Jan/2002	21/02/02	Jun/2002	31/07/02
Fev/2002	27/03/02	Jul/2002	21/08/02

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
 Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559
 Email: stncofin@fazenda.gov.br

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - AGOSTO/2002 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	138.714	7.336,0	1.235,0	2,4	0,0	45,0	2.300,9	10.919,2	78,7	698,1
AL	675.161	8.920,9	5.329,0	22,8	0,0	415,1	8.242,3	22.930,2	34,0	300,9
AM	666.430	5.983,7	3.139,4	659,5	0,0	498,0	23.639,5	33.920,2	50,9	415,3
AP	119.101	7.316,7	850,0	5,4	0,0	200,8	0,0	8.372,8	70,3	763,1
BA	3.523.271	20.149,2	20.345,2	1.361,2	10.228,7	1.836,3	65.826,4	119.746,9	34,0	274,7
CE	1.659.062	15.733,2	11.395,0	275,2	0,0	804,8	29.680,0	57.888,2	34,9	301,1
DF(2)	311.758	1.480,1	541,4	0,5	0,0	400,1	0,0	2.422,1	7,8	72,0
ES	521.063	3.216,6	3.986,3	1.037,0	0,0	2.106,4	23.802,8	34.149,2	65,5	526,1
GO	998.390	6.096,7	8.388,0	162,8	0,0	659,5	37.712,8	53.019,8	53,1	431,0
MA	1.531.967	15.478,7	9.062,2	278,2	8.730,9	829,5	11.530,2	45.909,7	30,0	273,2
MG	3.325.229	9.552,2	29.219,2	3.021,0	0,0	6.375,7	122.678,7	170.846,8	51,4	409,0
MS	427.869	2.856,3	3.361,4	139,1	0,0	610,0	16.115,7	23.082,6	53,9	458,9
MT	521.155	4.949,1	4.277,7	127,2	0,0	958,9	24.756,5	35.069,4	67,3	499,9
PA	1.543.112	13.106,6	8.140,9	1.115,3	4.215,9	2.156,0	24.043,1	52.777,7	34,2	280,5
PB	796.203	10.269,3	7.246,7	58,9	0,0	142,0	13.532,8	31.249,7	39,2	326,0
PE	1.578.289	14.796,8	9.985,8	151,6	0,0	667,8	30.244,2	55.846,3	35,4	311,0
PI	745.608	9.266,8	5.562,7	27,3	1.636,5	149,0	7.002,4	23.644,7	31,7	283,2
PR	1.570.158	6.182,7	15.217,0	2.513,1	0,0	4.981,6	77.687,5	106.582,0	67,9	513,6
RJ	2.008.532	3.276,0	6.666,1	1.479,5	0,0	2.897,8	138.027,8	152.347,2	75,9	569,8
RN	579.231	8.959,1	5.558,9	72,2	0,0	178,9	10.687,9	25.457,0	43,9	404,7
RO	299.212	6.037,8	2.027,3	25,7	0,0	123,2	8.787,3	17.001,2	56,8	442,7
RR	72.178	5.319,6	1.071,3	1,7	0,0	18,9	957,9	7.369,5	102,1	1.004,0
RS	1.539.176	5.049,6	15.186,8	3.853,8	0,0	4.962,1	74.650,6	103.702,9	67,4	627,9
SC	890.468	2.744,4	8.839,6	2.194,0	0,0	1.774,4	54.400,0	69.952,4	78,6	580,0
SE	393.510	8.910,6	3.239,5	15,6	0,0	123,8	7.139,1	19.428,6	49,4	456,2
SP	5.347.539	2.144,4	29.300,3	4.651,1	0,0	15.322,6	392.756,7	444.175,2	83,1	730,2
TO	286.388	9.306,7	3.418,2	3,3	0,0	38,9	5.332,9	18.100,0	63,2	559,3
Total	32.068.774	214.440,0	222.591,0	23.255,5	24.812,0	49.277,2	1.211.535,9	1.745.911,5	54,4	455,6

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.016, de 20.12.2001. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.